



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0266054-4/01
EMBARGANTE: JOHNSON CONTROLS OS DO BRASIL LTDA -
ENERTEC DO BRASIL LTDA
EMBARGADO: STILO COMÉRCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES
E ACESSÓRIOS LTDA
RELATOR DES. FERNANDO MARTINS
6ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - NEGADO PROVIMENTO - DECISÃO UNÂNIME. A parte pretende rediscutir a matéria já apreciada. Não ocorrendo omissão, contradição nem obscuridade, deve ser negado provimento aos embargos. **NEGADO PROVIMENTO - DECISÃO UNÂNIME.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração, em que são partes as acima indicadas; Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos em **NEGAR PROVIMENTO** aos presentes Embargos Declaratórios, mantendo o acórdão na sua íntegra, nos termos do voto do relator, em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, de de 2013.


Des. Fernando Martins
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

24.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0266054-4/01

EMBARGANTE: JOHNSON CONTROLS OS DO BRASIL LTDA – ENERTEC DO BRASIL LTDA

EMBARGADO: STILO COMÉRCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES E ACESSÓRIOS LTDA

RELATOR DES. FERNANDO MARTINS

6ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Embargos de Declaração contra acórdão de fls.326, que NEGOU PROVIMENTO a apelação em apenso, nº 0266054-4.

Em suas razões de fls.02/10 alega o agravante que o julgado foi omissos e contraditório quando da análise da inadimplência da embargada, fato comprovado nos autos, bem como quanto à forma de extinção do contrato verbal, uma vez que, tendo sido firmado verbalmente sua extinção deve acompanhar a mesma forma.

Por fim, requer o provimento dos embargos para que sejam sanadas as omissões apontadas e modificado o julgado.

É relatório.

VOTO:

Examinando o presente recurso e cotejando os autos e os documentos neles inseridos, com a decisão embargada, entendo que não assiste razão ao embargante.

É que as suas razões não apontam nem omissão, nem contradição, tampouco obscuridade, apenas o embargante demonstra seu inconformismo quanto ao *decisum*, ora desafiado, querendo reabrir discussão acerca da matéria.

Da análise dos autos, não ficou comprovado que o agravante noticiou, ainda que verbalmente, a rescisão do contrato ao agravado, bem como não se eximiu de mostrar que a forma para a extinção do contrato seria automática, ou seja, sem necessidade de comunicação prévia.

ims

9



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

25.

Isto posto, ausentes omissão, contradição e obscuridade, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** aos presentes embargos de declaração. É como voto.

Recife, 12 de 03 2013.

Des. Fernando Martins


Relator